

A Operação da ONU na Costa do Marfim - ONUCI

A Costa do Marfim está localizada na porção oeste da costa africana, na faixa continental mais conhecida como África Subsaariana. Faz fronteira ao norte com Burkina Faso e Mali; a oeste, com a Guiné e com a Libéria; a leste, com Gana e; ao sul, o país é banhado pelo Oceano Atlântico, ocupando, assim, a porção central do Golfo da Guiné. Possui ainda uma extensão territorial de 322.460 km², o que lhe proporciona uma dimensão equivalente à área do Estado do Maranhão.

Com uma população de aproximadamente 21,5 milhões de habitantes, o seu povo está dividido em 65 diferentes grupos étnicos e, apesar do país ter adotado oficialmente o idioma francês, cada etnia preserva seus costumes e tradições, inclusive, o dialeto local. Possui ainda uma expressiva quantidade de grupos imigrantes, oriundos dos países vizinhos, tais como: os Burkinabé, de Burkina-Faso; os Malinké, provenientes de Mali; e uma significativa quantidade de liberianos, entre outros.

Segundo relatório da ONU, o país apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,397, ficando na 149ª posição entre os 169 países avaliados por esse organismo internacional. Essa classificação deixa a Costa do Marfim atrás, até mesmo, do Haiti que, apesar de ser um dos países mais pobres do mundo e de ter sido profundamente afetado por um violento terremoto em janeiro de 2010, obteve um IDH de 0,404, situando-se na 145ª colocação no ranking mundial.

O Senhor Félix Houphouët-Boigny foi o primeiro presidente, o que lhe rendeu o título de “pai” da Costa do Marfim. Após a independência, a ex-colônia francesa experimentou um longo período de progresso econômico e pouca liberdade. Após a morte de Houphouët-Boigny, em 1993, Henri Konan Bédié assume a presidência e o país passa a viver uma radical mudança no seu cenário político e econômico. Ao contrário do seu antecessor, Bédié realizou um governo marcado pela adoção de critérios políticos excludentes, com grande ênfase na distinção de etnias. Para afastar o seu principal opositor político naquela época, o nortista Alassane Ouattara, da possibilidade de vencer as eleições presidenciais, Konan Bédié passou a enfatizar em seus discursos e atos de governo o conceito da marfinidade. Segundo o critério da marfinidade, só seria considerado cidadão marfinês e, portanto, com direito a votar e ser votado, aquele que possuísse pai e mãe marfineses, o que, segundo Bédié e seus seguidores, não era o caso de Ouattara. Segundo critérios duvidosos, os grupos étnicos foram separados em duas grandes divisões: as etnias originalmente marfinenses, preponderantes no centro-sul do país, e aquelas de procedência estrangeira, constituídas, em sua maioria, por habitantes do norte da Costa do Marfim.

As políticas discriminatórias fizeram com que, em 19 de setembro de 2002, grupos armados de etnias consideradas não marfinenses, autodenominados *Forces Nouvelles* (Novas Forças), atacassem, simultaneamente, diversas cidades do país, inclusive sua capital econômica, Abidjan, iniciando, assim, uma guerra civil que durou cerca de cinco anos e deixou milhares de mortos, sendo grande parte deles civis não combatentes. O conflito envolveu o exército regular marfinês, os grupos rebeldes, um destacamento do exército francês, a *Force LICORNE*, cuja finalidade era garantir a segurança dos cidadãos franceses residentes no país; as tropas da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO, que, posteriormente, foram substituídas pela força de paz da ONU, e as milícias de mercenários contratados pelo Presidente Laurent Gbagbo, formadas por ex-militares do exército da Libéria e pilotos da Bielorrússia.

Em uma tentativa de pacificar o país e garantir a efetividade dos acordos de paz firmados entre as partes, o Conselho de Segurança da ONU emitiu, em 27 de Fevereiro de 2004, a Resolução 1528, por meio da qual decide estabelecer a Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (*Opération des Nations Unies en Côte D'Ivoire* – ONUCI).

Segundo dados de novembro de 2010, a ONUCI conta com um efetivo de 7.576 militares atuando como contingente, 193 observadores militares, 1.336 policiais, 383 funcionários civis estrangeiros, 738 funcionários civis marfineses e 267 voluntários. Todos eles distribuídos pelas 22 bases espalhadas pelo país. Conta ainda com uma estrutura complexa que visa atuar nos campos político, militar, de direitos humanos e de promoção social. Estruturada como uma missão multidimensional, a ONUCI possui um largo espectro de atuação, que vai desde a desmobilização e reintegração de combatentes até a promoção dos direitos humanos, passando, inclusive, por questões como prevenção da AIDS/SIDA, a proteção da mulher contra o abuso sexual e a violência doméstica, o combate ao trabalho infantil, entre outras.

Para melhor coordenação de suas ações, a ONUCI dividiu a Costa do Marfim em três setores administrativos: Setor Abidjan, onde está localizado o Quartel General da operação; Setor Oeste, com sede na cidade de Daloa; e Setor Leste, com sede na capital das Forces Nouvelles, Bouaké. Assim, a ONUCI busca coordenar, setorialmente e de forma imparcial, os esforços de paz realizados na parte norte, controlada pela Force Nouvelle e na parte sul do país, controlada pelas Forças Armadas da Costa do Marfim - FANCI, a *Gendarmerie*, que é uma espécie de Guarda Nacional e a Polícia Nacional, que são as forças regulares marfinenses.

Durante esses seis anos em que está atuando no país,



Figura 1: Organograma da ONUCI.
Fonte: O autor, 2011.

o mandato da ONUCI já sofreu diversas mudanças no intuito de adaptar-se às alterações na situação política e militar da Costa do Marfim. Sua mais recente versão é fruto da Resolução 1739, emitida pelo Conselho de Segurança, em 10 de Janeiro de 2007, na qual constam, como principais tarefas da operação: o dever de estabelecer a ligação com as partes envolvidas no conflito, com o intuito de construir uma relação de confiança com ambos os contendores; a monitoração do movimento de grupos armados, bem como as possíveis ofensas que esses possam infringir ao acordo de cessar-fogo (Acordo de Ouagadougou). A ONUCI também deve auxiliar as autoridades locais a fiscalizar as áreas de fronteira, principalmente com a Libéria, de modo a monitorar o fluxo de refugiados e a entrada de mercenários no país, além de monitorar as restrições impostas às partes no que diz respeito ao embargo para a aquisição de armas e munições. Outra imposição do mandato é o dever por parte da ONUCI de implementar programas de promoção dos direitos humanos, bem como o diálogo com autoridades locais no sentido de reforçar a importância de uma política nacional de valorização desses direitos, principalmente no que diz respeito às questões envolvendo a proteção das mulheres e das crianças.

O Brasil contribui com a ONUCI enviando anualmente três Oficiais de estado-maior, um de cada força armada, e quatro observadores militares, sendo um da MB e três do Exército Brasileiro. Os oficiais de estado-maior e um dos observadores militares estão lotados no quartel-general, em Abidjan, os outros observadores brasileiros estão lotados em bases no interior do país.

A ONUCI não emprega tradutores locais para auxiliarem na condução das atividades junto à população, logo, o conhecimento do idioma francês é de vital importância para quem se habilita a ser observador militar na Costa do

Marfim. Logo na chegada, o observador militar deve comparecer à seção de treinamento; lá, recebe uma espécie de apostila com algumas frases usuais no idioma francês e suas respectivas traduções para o inglês. Após uma semana, o observador deverá retornar à seção de treinamento para ser aferido quanto ao seu conhecimento do idioma francês. Os Oficiais de estado-maior não necessitam passar por esta aferição, uma vez que suas funções não exigem o desempenho de tarefas junto à população marfinense.

Por força de acordos internacionais ratificados pelas partes, a ONUCI homologou o resultado das eleições de novembro de 2010, em que o candidato do norte, Alassane Ouattara, sagrou-se o vencedor com 54,1% dos votos válidos, contra os 45,9% dos votos recebidos

pelo Presidente Laurent Gbagbo. Isso colocou a ONU em uma posição de apoio a uma das partes, ou seja, a ONUCI perdeu a imparcialidade e a neutralidade, características vitais das missões de construção da paz. Adotando essa posição, as forças ditas governamentais, ou pró-Gbagbo, passaram a enxergar a ONUCI como inimiga dos seus interesses, o que gerou a promoção de atos de violência contra o patrimônio e contra os agentes da ONU no país.

Sitios em seu quartel general, em Abidjan, e em outras bases do sul do país, somente a parcela militar armada conseguia desempenhar seu trabalho, ainda assim, com muitas restrições. Todos os funcionários civis da missão foram evacuados para Gâmbia em dezembro de 2010. Na Costa do Marfim, permaneceram apenas os militares, inclusive os observadores, e civis que participaram diretamente da tentativa de encontrar uma saída diplomática para o impasse que viviam por ocasião do retorno da crise. Os chefes das seções essenciais também foram mantidos em Abidjan, apenas para prover um mínimo de funcionalidade administrativa à missão.

Financiado pela exportação do cacau e com o apoio da maioria da força militar e policial do país, durante cinco



Figura 2: Quartel General da ONUCI.
Fonte: O autor, 2011.

meses, Laurent Gbagbo se recusou a entregar a presidência ao candidato vencedor das eleições. Porém, em abril deste ano, uma operação conjunta entre a força francesa LICORNE e as forças da ONUCI conseguiu aprisioná-lo e restituir a ordem ao país, entregando, dessa forma, o poder ao presidente eleito Alassane Ouattara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

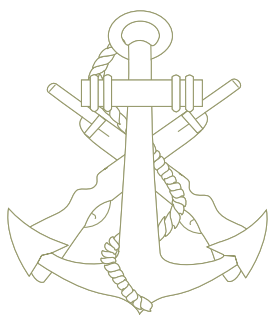
CÔTE D'IVOIRE. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

CHANNEL 06 NEWS. UN deplores use of force against demonstrators in Côte d'Ivoire, publicado em 22 fev 2011. Disponível em: <<http://channel6newsonline.com>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

IVORIAN CIVIL WAR. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. Relatório da ONU Sobre Desenvolvimento Humano 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

OPERACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS EN CÔTE D'IVOIRE CÔTE D'IVOIRE – ONUCI. Hechos y cifras. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/Depts/dpko/unoci/>>. Acesso em: 10 fev. 2011.



CC(FN) Marcio Pragana Patriota
pragana@cmfn.mar.mil.br

Nacionalização *versus* Estado da Arte

Em 19 de março de 2011, a mídia internacional noticiou a intervenção militar na Líbia, respaldada pela Resolução 1973/11 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), por meio da qual os Estados Unidos da América (EUA), França e Inglaterra, dentre outros países, iniciavam o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea sobre território líbio, a fim de proteger a população civil daquele país. Segundo a mídia, o primeiro passo das forças da ONU teria sido o lançamento de 110 mísseis Tomahawk, com o intuito de neutralizar, pelo menos, 20 alvos selecionados dentre o sistema de defesa antiaéreo da Líbia. No dia seguinte, noticiava-se o sucesso e a continuidade das operações.

A Resolução 1973/11 da ONU foi assinada em 17 de março de 2011. Portanto, no período de dois dias, os meios militares de países membros dessa organização iniciaram suas ações. Certamente, o planejamento das mesmas foi iniciado antes de 17 de março, mas nada poderia ter sido levado adiante se esses países não possuíssem meios prontos para uso e com tecnologia adequada para fazer frente às forças líbias. Como se pôde constatar, por

meio da internet e dos jornais, alguns desses países, ou a maioria deles, utilizaram meios produzidos pelas suas próprias indústrias nacionais, e no estado da arte, ou seja, com tecnologia de ponta.

Sendo membro das Nações Unidas e pleiteando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, teria o Brasil a capacidade de atender a uma resolução como a acima mencionada? Certamente, nossa realidade é muito diferente daquela existente nos EUA ou na Inglaterra. Somos um país pacífico em que, muitas vezes, a população não possui a exata noção do quanto é importante manter suas forças armadas adequadamente preparadas. Além disso, o fantasma dos cortes orçamentários ronda, de forma insistente, os cofres federais, refletindo, de forma comprometedor, na verba destinada aos investimentos em tecnologia ou aquisição de modernos meios militares.

Em meio a isso, a Marinha do Brasil (MB), conforme previsto na Estratégia Nacional de Defesa, deverá possuir meios de Fuzileiros Navais em permanente condição de pronto emprego, a fim de assegurar sua capacidade de projeção de poder.



Figura 1 - A utilização de modernos meios militares permitiu a pronta resposta pela ONU.
Fonte: TIM, 2011.



Figura 2 – Obuseiro 155mm em uso pelo CFN: capacidade adequada de prover apoio de fogo aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais do século XXI?
Fonte: Mundo da Defesa Militar, 2011.